

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.698 - PT (2019/0179358-7)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA - JUÍZO  
LOCAL DE PEQUENA CRIMINALIDADE DE LISBOA - JUIZ 2  
**INTERES.** : JOSE ANTONIO ALVES GERALDO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de JOSÉ ANTONIO ALVES GERALDO (CPF n. 026.118.366-47) de sentença que o condenou pela prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez.

A intimação prévia ficou frustrada (fls. 21-22).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, alega o descumprimento das formalidades do devido processo legal, em evidente ofensa à ordem pública, diante da ausência de intimação pessoal do interessado (fls. 26-31).

O Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem "com recomendação de empenho na localização do interessado" (fl. 33).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Minas Gerais, para as providências cabíveis**.

**Cumpra-se a diligência em 90 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

